

# Extensão rural e comunicação rural no Brasil: Notas históricas e desafios contemporâneos

## **Ricardo Duarte**

Bacharel em Comunicação Social (UFPE). Mestre em Administração Rural e Comunicação Rural (UFRPE). Doutorando em Comunicação e Sociabilidade pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente é professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Viçosa.  
*rduarte@ufv.br*

## **Jeferson Boechat Soares:**

Bacharel em Ciências Sociais (UFMG). Mestre em Sociologia (UFMG). Doutor em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa. Tem experiência na área de Sociologia e Política.  
*jb\_soares@hotmail.com*

**Resumo:** Nesta primeira década do século XXI, as noções de Extensão Rural e Comunicação Rural confirmam seus deslocamentos paradigmáticos das perspectivas políticas e econômicas de dominação (1960-1970), na direção de perspectivas culturais e simbólicas de interação, principalmente com o avanço das tecnologias da informação e comunicação no final do século passado. As histórias das práticas da Extensão Rural e dos estudos em Comunicação Rural deixam como herança os desafios de processos comunicativos eficazes que conectem o conhecimento à realidade dos problemas públicos no meio rural; que formulem interlocuções adequadas à compreensão dos receptores de primeira ordem (extensionistas) e dos receptores finais (produtores rurais); que desenvolvam experiência e conversação midiaticizada entre os atores sociais na busca de ampliar o debate e tecer soluções em torno dos problemas sociais, econômicos e ambientais no meio rural brasileiro.

**Palavras-chave:** Extensão rural; Comunicação rural; Desenvolvimento rural; Ciências agrárias.

## Rural extension and rural communication in Brazil: Historical notes and contemporary challenges

**Abstract:** In this first decade of this century, the notions of rural Extension and Rural Communication confirm their paradigmatic throw of a political and economical perspectives of domination (1960-1970), in the direction of cultural and symbolic perspectives of interaction, especially with the advancement of information and communication technology at the end of the last century. The stories of the practices of rural Extension and of the studies in Rural Communication leave as heritage the challenges of effective communication processes that connect knowledge to the reality for public problems in rural áreas; that formulate appropriate interlocutions to the understanding of the receptors of first order (extensionist) and final receivers (farmers); that develop experience and mediate conversation among social actors in the search to enlarge the debate and create solutions around social, economic and environmental problems in Brazilian rural areas.

**Keywords:** Rural extension; Rural communication; Rural development; Agricultural sciences.

## Extensão agrícola y la comunicación rural en el Brasil: Notas históricas y los desafíos contemporáneos

**Resumen:** En esta primera década de este siglo, las nociones de Extensión Agrícola y los cambios paradigmáticos de Comunicación Rural confirmar sus perspectivas de dominación política y económica (1960-1970), en el sentido de las perspectivas de interacciones culturales y simbólicas, especialmente con el adelanto de la tecnología de la información y comunicación al final del siglo pasado. Las historias de las prácticas de Extensión Agrícola y estudios de Comunicación Rural dejan los desafíos de los procesos de comunicación efectiva que se puede conectar el conocimiento con la realidad de los problemas públicos en las zonas rurales, los diálogos apropiados para formular una comprensión de los receptores de primer orden (agentes de extensión) y la recepción finales (agricultores) para desarrollar la experiencia y la conversación mediada entre los actores sociales en la búsqueda de soluciones para ampliar el debate y tejer soluciones alrededor de los factores sociales, económicos y ambientales en las zonas rurales.

**Palabras-clave:** Extensión agrícola; Comunicación rural; Desarrollo Rural; Ciencias Agrarias.

## 1. A fase embrionária das informações sobre a Agricultura no Brasil

A ideia de modernização do meio rural através da difusão de informações sobre técnicas agrícolas tem suas origens no final do século XVIII, antes da chegada da imprensa no Brasil, em 1808. O professor de comunicação José Marques de Mello (2003) explica que antes de fundar o jornal “Correio Brasiliense”, o futuro patrono da imprensa brasileira, Hipólito da Costa, trabalhava para a coroa portuguesa e embarcou para os EUA com a missão de realizar um levantamento de dados sobre as práticas e as inovações agrícolas, com o objetivo de usar tais inovações no Brasil colônia. Costa teve reunião com o então presidente John Adams, visitou laboratórios de pesquisa e campos experimentais, recolhendo sementes e materiais impressos.

Em 1869, era criada a publicação institucional do governo de D. Pedro sob o título “Revista Imperial do Instituto Fluminense de Agricultura - IIFA”, com uma linha editorial que proclamava a utilização da ciência para melhorar a produção agrícola. Mais tarde, outras publicações científicas no Brasil sobre experimentos no meio rural se sucederam, tais como a revista “A Lavoura” (Sociedade Nacional de Agricultura), seções no jornal “O Estado de São Paulo” e materiais informativos para agricultores (BORDENAVE, 1983).

Com a chegada dos imigrantes para o trabalho na lavoura brasileira, no final do século XIX, São Paulo edita a lei estadual 676 de 13/09/1899 que busca atualizar o Serviço Agrônomo do Estado, dando poderes à Secretaria da Agricultura de difundir informações. Em 1908, o órgão consegue editar em seis línguas a revista “O Imigrante” e em 1917 chega à soma acima de 415 mil publicações (BORDENAVE, 1983). Minas Gerais

edita a Lei 761 de 6/09/1920, e o futuro presidente da República Arthur da Silva Bernardes autoriza a Secretaria de Estado da Agricultura a criar uma escola superior de agricultura e veterinária, a ESAV, com o objetivo de ministrar o ensino prático e teórico voltado às atividades do meio rural e de realizar estudos experimentais. Bernardes rompeu com a tradição de organizar o ensino da nova escola à maneira europeia e seguiu os moldes norte-americanos (BORGES et al., 2006).

Durante todo o século XX, o governo brasileiro, através do Ministério da Agricultura, incentiva a difusão de técnicas agrícolas com a propaganda agrícola, criando em 1938 o Serviço de Publicidade Agrícola, o início de uma consolidação que viria décadas depois com o surgimento do SIA - Serviço de Informação Agrícola. O auge da informação agrícola foi nas décadas de 1940 e 1950. Com corpo técnico eficiente e bons equipamentos, o SIA tinha um grande programa de informação que usava várias formas de difusão de notícias e ensinamentos técnicos. O Serviço continuou seu trabalho até 1950, informando o agricultor sobre tempo, lavoura, plantio e colheita. Os veículos de comunicação se encarregavam das notícias sobre agricultura em geral, enquanto os líderes sindicais e comunitários repassavam as informações de plantio e manejo ao agricultor (BORDENAVE, 1983).

## **2. A fase da transferência de tecnologia dos EUA para o campo brasileiro**

Nesse período tem papel fundamental, tanto para as teorias da comunicação quanto para a história do desenvolvimento rural brasileiro, a presença da Fundação Rockefeller dos EUA. A tradução abaixo é nossa.

O seminário da Fundação Rockefeller sobre comunicações de massa, organizado em Nova York de setembro de 1939 a junho de 1940, por John Marshall, diretor da Fundação, consistiu em reunir uma dúzia de especialistas para as reuniões mensais, a fim de alcançar uma estrutura teórica geral que permitisse à Fundação definir critérios relevantes para subsidiar a seleção de programas de investigação em comunicação (PROULX, 2007, 2).

O campo de pesquisa escolhido foi o da *comunicação e persuasão*, que estabelece uma lógica de reciprocidade entre as necessidades das investigações de comunicação com o esforço de guerra na época, pelo bem-estar dos cidadãos e manutenção da democracia, mantendo formas eficazes de manter o governo e o povo em comunicação uns com os outros (Everett Rogers).

Esse evento se vincula ao fato da expansão da Ciência e da Tecnologia de guerra nos EUA. Após 1945, os norte-americanos viram a necessidade de expansão do excesso de produção de maquinário, em especial agrícola, e iniciaram a propaganda (comunicação e persuasão) de transferência de tecnologia (obsoleta para eles) na direção do meio rural brasileiro, escoando seu excesso de produção.

Esse contexto combina com o que estava acontecendo em São Paulo, por exemplo, onde a crescente modernização e urbanização obrigavam o aumento da produção agrícola. Diante da tamanha necessidade de maior velocidade da produção agrícola, a incorporação de tecnologia seria essencial para acelerar a mecanização do plantio e da colheita. Começa a campanha pelas inovações tecnológicas como continuação política e econômica do que acontecia nos EUA<sup>1</sup>. Lembramos que, nesse período, parece não haver uma noção mais sistematizada do conceito de Comunicação Rural, o que não ocorria na Extensão Rural (ER) com prá-

ticas e noções bem definidas: a ER surgiu nos EUA em 1914 e se alastra na América Latina após a II Guerra (CALLOU, 1986).

A noção de ER no Brasil, então, se vinculou a essa propaganda da técnica agrícola, à difusão de tecnologia ou Difusionismo que foi sistematizada pelo pesquisador norte-americano Everett Rogers. Ele concebe como uma etapa inicial as primeiras divulgações sobre uma inovação através dos veículos de comunicação, sendo tais divulgações repetidas várias vezes, sempre relacionadas com novas ideias, com o objetivo de tornar mais eficaz a adoção da tecnologia.

Nos anos de 1960, Rogers apresenta aos organismos públicos brasileiros e dos países subdesenvolvidos o funcionamento da informação e da adoção das novas técnicas, dando suporte teórico e explicando o vocabulário técnico. O procedimento era linear: os estudos científicos liberam pesquisas inovadoras no campo das tecnologias para o homem do campo, a ER elabora a codificação das mensagens sobre tais ideias científicas e o agricultor adota o modelo. Seguindo as grandes escolas de comunicação, as mensagens agrícolas não poderiam deixar de seguir na direção da formação de opinião pública e da propaganda (LERNER e SCHRAMM, 1973).

O desenho dos grandes patrocinadores da ER no Brasil se configura da seguinte maneira: o Instituto Interamericano para Assuntos da América (IIAA/EUA), a Fundação Ford, a Fundação AIA (da família Rockefeller, maior exportadora de café do Brasil, responsável pela criação da Acar Minas Cereais, a Ancar no Nordeste e a Abcar<sup>2</sup>) – que fazem experiências em Santa Rita do Passo Quatro e São José do Rio Preto/SP de 1947 a 1956<sup>3</sup>; criam a Agrocereis e a Cargill no sul de São Paulo e norte do Paraná – e organismos internacionais como OEA, Bird e Fao (FIGUEIREDO, 1981).

O Difusionismo utilizava diversos canais de comunicação: reuniões comunitárias, explicações em dias de campo, informações pelo rádio, pelos periódicos, pelos manuais agrícolas e convencimento dos líderes de opinião da comunidade com o objetivo de influenciar as unidades familiares no meio rural. Tratava-se de um movimento em torno da adoção de tecnologias no meio rural, com treinamentos, mutirões e conversas informais. O difusionismo também chegava encarnado do espírito da modernidade: as inovações vinham para solucionar o problema das antigas práticas; o “velho” sendo arrancado pelo “novo”, tanto no campo quanto na cidade<sup>4</sup>. O difusionismo inculcou ideias segregacionistas na população urbana das grandes cidades, disseminando o estereótipo do agricultor como sendo “mal-educado”, “resistente”, “refratário”. Aos poucos, o Estado brasileiro incorporava a ideia de que o agricultor brasileiro detinha defasados conhecimentos sobre agricultura.

### **3. Surgimento dos estudos da Comunicação Rural e evolução dos estudos sobre a Extensão Rural no Brasil**

A noção de “Comunicação Rural” começa a ser traçada a partir do desenvolvimento das teorias da *Mass Communication Research*, no contexto militar dos EUA, principalmente a partir de pesquisas em 1958 sobre “Comunicação para o Desenvolvimento”, produzidas pelo cientista político norte-americano Daniel Lerner, que, posteriormente, se juntam a estudos teorizados na década de 1960 por vários estudiosos como Wilbur Schramm e Pool de Sola<sup>5</sup>, que visualizam a saída do subdesenvolvimento por meio da passagem linear da sociedade *tradicional*, com todos os defeitos, para a *moderna*, com todas as vantagens. Essas pes-

quisas não se voltaram para a História, pois a preocupação estava nos meios massivos de comunicação como veículos estratégicos para o desenvolvimento, em especial rural, como diz a já clássica citação de Lerner (*apud* SCHRAMM, 1973): “O processo de modernização começa quando alguma coisa estimula o camponês a querer ser um fazendeiro ou agricultor proprietário, o filho do camponês a querer aprender a ler, de modo que ele possa trabalhar na cidade, a mulher do camponês a não mais procriar, a filha deles a querer usar vestido e fazer penteado”.

Os assuntos apresentados ao longo dos tempos envolvidos no tema da ER (nisso estão incluídas extensão agropecuária, extensão florestal, extensão pesqueira etc.) são assuntos-problema da categoria temática da “difusão de inovações tecnológicas na agricultura”, “mudança e inovação para o desenvolvimento rural”. A Comunicação Rural (CR) nasce como *mudança paradigmática da transferência em si para a troca de saberes*, que traz novos olhares para velhos problemas: “comunicação comunitária”, “comunicação participativa e desenvolvimento local, integrado e sustentável”, “comunicação e redes solidárias”, “comunicação e ecologia no campo”, “educação ambiental”, “comunicação nas organizações rurais”, entre outros. No entanto, essa mudança paradigmática também representou uma espécie de “cisão política”, que dura até hoje: de um lado, alguns que preservam o meio ambiente a partir da comunicação comunitária (comunicação rural); do outro, aqueles que buscam o crescimento do meio rural através do método do agrogócio (extensão rural e assistência rural). No centro desses atores sociais, está a noção de desenvolvimento como transposição do *tradicional* para o *moderno*. Essa concepção tem atravessado décadas, sendo o norte das ações institucionais, das pesquisas acadêmicas e dos projetos governamentais no meio rural.



Essa discussão tem fundamento. Com o objetivo político e econômico de possibilitar o funcionamento de um sistema de operação eficiente, o funcionalismo social modernizador tinha como ideologia *arrancar o velho e instituir o novo*. Enquanto estudos históricos se preocupam com um desenvolvimento dentro do curso normal da História, ações impositivas se encarregam de verticalizar um desenvolvimento mais rápido e propagandístico. O modelo, então, guia nos anos 60 e 70 estudos operatórios sobre *mass media* comprometidas com a política e a economia trazida pela difusão de inovações.

Os países subdesenvolvidos da Ásia e da América Latina adotam o modelo que tinha como pilares a inovação técnica e a comunicação interpessoal<sup>6</sup>. As críticas advindas da Sociologia Rural e da CR consideravam que os estudos de Everett Rogers não davam conta de explicar a verticalização hegemônica do modelo e os conflitos gerados por ele nas sociedades por serem autoritários em relação à adoção de práticas extensionistas, vinculadas às formas de controle e poder<sup>7</sup>. O desenvolvimento se daria na medida em que as inovações técnicas e a cultura de uma técnica entrassem nos países subdesenvolvidos, propagandeado pela comunicação, melhorando a produção, a renda e a condição de vida dos agricultores.

Vemos com essa narrativa que o rural, a modernização, a comunicação e o desenvolvimento se imbricam. As práticas da comunicação para o desenvolvimento nos países subdesenvolvidos tomavam como apoio o extensionismo rural.

Vale salientar que, no Brasil, as experiências em ER começam em 1930 na ESAV/Viçosa-MG. As primeiras ações extensionistas da ESAV tinham preocupações humanas no processo comunicativo extensionista-agricultor. A instituição teve papel

fundamental na fundação da Sociologia Rural no Brasil, através dos professores John B. Griffing<sup>8</sup> e Edgard Vasconcelos. Como explica Vasconcelos (1977:11), eram tentativas de aproximar o conhecimento acadêmico do senso comum dos agricultores. Na época, os professores tinham em mente dois objetivos no Curso de Sociologia Rural: despertar nos alunos as “relações humanas” no meio rural e proporcionar os elementos metodológicos básicos “*com que pudessemos observar, mais atentamente, em suas atividades de campo, a influência dos fatores humanos na vida e no trabalho rural*”.

A crítica ao difusionismo vinha da América Latina e se concentrava no Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para América Latina (CIESPAL)<sup>9</sup>. Centros de pesquisa estavam sendo formados nesta época. Entre os anos de 1968 e 1975, surgiram os primeiros cursos de ER na UFV/MG e na UFSM/RS e, quatro anos mais tarde, o curso de CR na UFRPE, em 1979, que em 2003 passou a ser um curso de extensão rural e desenvolvimento local.

Em especial o estudo sobre CR na perspectiva da comunicação participativa tem seu marco com Luis Ramiro Beltrán que, sob a influência do livro do educador Paulo Freire “Comunicação ou Extensão?” (1969), defende sua tese de doutorado em 1972. Várias pesquisas se desenvolvem a partir de autores como João Bosco Pinto (1980), José Graziano da Silva (1981) e Juan Díaz Bordenave (1983) – uma delas o doutorado do Walmir de Albuquerque Barbosa (1988), na ECA/USP (“*Questão Agrária e Comunicação Rural no Brasil*”).

Vale salientar que, nos anos de 1960, as zonas rurais do semiárido nordestino eram castigadas pela ausência de desenvolvimento rural: a falta de educação formal, de emprego, de crédito, de renda e de projetos de convívio com a seca. A CR, na

perspectiva participativa, estava vinculada à Educação Popular e às pesquisas sobre Comunicação Popular (CP). Muitas igrejas católicas no Nordeste foram fundadoras de diversos sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) como forma de conter o avanço da “ameaça vermelha” do comunismo do PCB, de Francisco Julião, que fundava sindicatos no meio rural. A Igreja, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), adotou o Rádio Rural como forma de educar a população. A CP nas CEBs aparece sem a presença de um técnico, pela ausência completa do profissional no movimento popular <sup>10</sup>.

As CEBs foram objetos de pesquisa da CP, da Sociologia Rural e da CR. Eram pequenos grupos organizados em torno da paróquia urbana ou capela rural por iniciativa da própria comunidade da região representada por comerciantes, sindicalistas, religiosos ou bispos. Não eram consideradas entidades de classe e produziam um tipo de comunicação popular entre pessoas que moravam nas pequenas cidades do meio rural para pessoas que moravam nas fazendas, nos sítios, nas pequenas propriedades rurais.

O ponto alto das CEBs foram as transmissões radiofônicas de aulas formais para os filhos dos trabalhadores rurais. Diversos aparelhos de rádio foram distribuídos pelos movimentos eclesiais de base (Meb) das capelas às comunidades rurais, para alfabetizá-las, sempre com o auxílio de monitores. Essas formas de comunicação rural, sem a presença de técnico extensionista, articuladores sociais ou profissionais da comunicação, somente utilizavam os veículos de informação como amplificadores das formas de comunicação que já existiam no meio rural. Os líderes sindicais, que eram também pequenos produtores rurais, orientavam o homem do campo, falando a mesma linguagem deles, através tanto das visitas (comunicação horizontal) quanto através do rádio

(comunicação vertical). As publicações escritas eram destinadas aos próprios sindicalistas alfabetizados. O “rádio meb”, naquela época, concebia o meio de comunicação com uma função de educação formal, assim como alguns programas televisivos.

Nos anos de 1980, crescia um cenário fértil para o desenvolvimento de problemáticas nas pesquisas em extensão rural e comunicação rural. O rural é visto como uma indústria, mas também como lugar de refúgio junto às tradições, nascendo como proposta de programa de televisão na TV Globo no dia 6 de janeiro de 1980. Apesar de em 1969 ter sido inaugurado o primeiro centro de televisão da Embratel, prevendo a ligação do sistema televisivo nacional ao sistema internacional de satélites: *“a cidade falava ainda muito pouco do campo e este não falava quase nada da cidade. O Globo Rural foi, então, o grande marco, cidade e campo se vendo e falando mutuamente a partir de 1980. Até então, somente o jornalismo falava do campo e poucos aparelhos de televisão existiam fora da cidade”* (PORTO, 1987, 166)<sup>11</sup>.

O discurso sobre “camada de ozônio” e “efeito estufa” se desenvolve nos anos de 1980 e, ao final da década, a problemática tradicional do rural assimila também as questões sobre o desenvolvimento sustentável pregado pelos ecologistas, ampliando o espaço às pesquisas sobre CP e CR, juntamente com a chegada de extensionistas vinculados às ONGs no campo que trazem a noção de “ação local” e regional (o “desenvolvimento local”)<sup>12</sup>.

Em 1988, acontece na UFV/Viçosa-MG um importante evento das pesquisas em comunicação no Brasil. A cidade sedia o Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), em sua 11ª edição promovida pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, sob o tema “Comunicação Rural”. Nesta época, Bordenave chama a atenção para uma

comunicação rural não somente vinculada a diálogos técnicos ou educativos, mas a diálogos políticos. Bordenave (1993) apresenta três fluxos informativos que compõem a Comunicação Rural: articulação de baixo para cima das necessidades dos agricultores para a produção de políticas públicas para o setor; articulação horizontal e dialógica dos agricultores com serviços de apoio (pesquisa, extensão, crédito e reforma agrária); articulação coordenada entre esses serviços de apoio, unificando as informações e o discurso compartilhado entre os agricultores; e fomento de educação a distância, de caráter popular, com o uso do Rádio.

#### **4. Anos 1990 e as mudanças no campo da Comunicação Rural**

No início dos anos de 1990, durante a 13ª edição da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação sob o tema “Comunicação Rural e Ecologia”, comunicólogos começam discutir os impactos ambientais e sociais no meio rural pela “*modernização da agricultura*”. Além disso, existia por parte dos pesquisadores uma necessidade de se incorporar o debate da questão ecológica, já desenvolvida pelas ONGs no meio rural. Os coordenadores do Seminário tinham em mente que a questão ecológica dentro da CR não podia se voltar apenas para a depreção da fauna e da flora e para os aspectos socioeconômicos aí embutidos, mas também para os impactos dessa depreção sobre o homem<sup>13</sup>.

Também no início desta década, teve início a pesquisa estrutural do “Novo Espaço Agrário” de Campanhola e Graziano (2000), da Embrapa, um grande estudo sobre o meio rural brasileiro que vai influenciar sobremaneira a perspectiva dos estudos em CR e ER. A parceria entre os estudos tradicionais desenvol-

vidos por órgãos técnicos econômicos e as investigações de perspectiva acadêmica produzida pelos institutos de economia nas universidades brasileiras caracteriza uma atualização da questão do meio rural brasileiro na contemporaneidade. Trata-se dos estudos das “Novas Ruralidades”, desenvolvidos pelo Instituto de Economia da Unicamp/SP, que estreitam a relação com as atividades não-agrícolas. Tais estudos tiveram início com microdados das PNDAs do IBGE, em 1992, quando se torna possível a realização de uma *nova caracterização da população residente no meio rural brasileiro* (mais do paulista que de outras culturas). O objetivo dos estudos é reconstituir as séries históricas para o período de 1992/1999, a partir dos PNDAs<sup>14</sup>.

A sugestão do pensar o Rural para *além das atividades estritamente agrícolas* torna-se imperiosa nos textos de Graziano da Silva (1993:11). O autor trabalha com a hipótese de que o meio rural brasileiro, de modo geral, não pode mais ser tomado apenas como o lugar das atividades estritamente agropecuárias<sup>15</sup>.

É preciso ampliar essa velha noção de rural para além das atividades produtivas tradicionais (tais como culturas e criação de animais) e incluir no espaço agrário a produção de serviços (tais como lazer, turismo, preservação do meio ambiente etc.) e de bens não-agrícolas, como, por exemplo, moradia, artesanato, incluindo aí também as formas modernas de trabalho a domicílio, tão comuns nos países desenvolvidos.

Os dados das PNDAs/IBGE mostram que na década de 1990 há uma *diminuição do Êxodo Rural* e um crescimento da população rural em algumas regiões do país, resultado do aumento dos empregos não-agrícolas, dos desempregados e de inativos aposentados, de acordo com Graziano da Silva, Del Grossi e Campanhola (2001).

A Comunicação Rural, ainda sob influência da perspectiva de dominação política e econômica, começa nos anos de 1990 a considerar o conceito de hegemonia, na perspectiva dos estudos culturais de Antonio Gramsci<sup>16</sup>. O enfoque da preocupação de Gramsci nas pesquisas em Comunicação e Cultura (em consonância com os estudos culturais britânicos – Stuart Hall, Raymond Williams), está em entender a tradição e a modernidade no Terceiro Mundo a partir dos movimentos das classes sociais e dos governos na contemporaneidade, pois não tratamos em Comunicação apenas da informação ou dos veículos, mas da comunicação humana, particularmente nos setores sociais que o autor chama de “subalternos”.

A mudança de eixo na CR ocorre quando as pesquisas “abandonam” a perspectiva da *dominação política e econômica* para se ater à perspectiva das *interações simbólica e cultural*. Neste sentido, saindo do polo das *resistências* para o polo das *consonâncias*, tratou-se de entender menos como as classes hegemônicas recobrem as classes “subalternas” rurais do que compreender de que forma, no seu cotidiano e na sua cultura, os agricultores produzem sentido sobre as mensagens extensionistas - a maneira como são construídos os discursos políticos na comunicação rural.

A pesquisadora Maria Sallet Tauk Santos (UFRPE), a partir de sua tese de doutorado em Ciência da Comunicação em 1994 na USP/SP<sup>17</sup>, percebeu a possibilidade de levar os Estudos de Recepção<sup>18</sup>, tradicionalmente vinculados ao meio urbano, para o rural *extra-midiático* ao propor estudar a recepção dos programas de governo junto aos agricultores. Os estudos tradicionais sobre Comunicação Rural na perspectiva da comunicação participativa de dominação política e econômica não davam conta de explicar a motivação simbólica e cultural dos agricultores nos encontros

extensionistas e de que maneira esses receptores-finais da mensagem respondiam as propostas dos emissores da informação (as políticas governamentais e institucionais).

No início dos anos 2000, algumas pesquisas em CR começam a considerar a proposta do Turismo Rural como alternativa para o Desenvolvimento Rural, Local, Integrado e Sustentável, tomando como base os dados da pesquisa estrutural da Embrapa/Meio Ambiente “Diretrizes de Políticas Públicas para o Novo Rural Brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local”. A pesquisa sobre o Novo Rural Brasileiro indicava o crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural, e o objetivo dos estudos em CR se focou nos Estudos de Recepção das propostas de Turismo Rural dos governos estaduais entre os agricultores familiares, trabalhadores rurais e jovens rurais (incluindo aí o ecoturismo, o turismo histórico, o turismo religioso, o turismo gastronômico e de consumo das feiras de artesanato regional etc.).

## 6. Possibilidades e Desafios Contemporâneos

Se tomarmos como referência os clássicos trabalhos de Edgard Vasconcellos, pioneiro da Sociologia Rural no Brasil, e do maior crítico do modelo difusionista da Extensão Rural no país e na América Latina, o educador Paulo Freire<sup>19</sup>, podemos dizer que a existência dos conhecimentos atualizados sobre Extensão Rural na contemporaneidade só é possível com a presença de estímulos à interação social (Vasconcellos, 1977) que se materializam com a perspectiva participativa da Comunicação Rural (Freire, 1982). Do contrário, tal conhecimento ficaria à *mercê* do isolamento, do ostracismo e do descolamento da realidade.



Neste ínterim, deve-se levar em conta para além desses textos clássicos que, nas últimas duas décadas do século XX e primeira década do século XXI, as noções de extensão rural e comunicação rural participativa se deslocam de perspectivas *políticas* e *econômicas* de *dominação*, predominante nos anos de 1960 e 1970, na direção de perspectivas *culturais* e *simbólicas* de *interação*, na direção de preocupações com a produção de sentido nas conversações, interpretações *entre* sujeitos, ação e mobilização das pessoas para o uso das mensagens e das técnicas extensionistas, que viabilizem a qualidade da forma de vida das pessoas e da produção do país. Os públicos que realmente importam nesse processo comunicacional ou conversacional da extensão rural pública são os *receptores de primeira ordem* (extensionistas rurais, líderes comunitários, líderes de associações e cooperativas) e *receptores finais* (proprietários rurais, trabalhadores rurais, meeiros, trabalhadores nas atividades não-agrícolas no campo e outros).

Na história das teorias da comunicação, a vertente “Comunicação e Desenvolvimento”, na perspectiva do meio rural, sempre esteve vinculada ao tema do *Desenvolvimento Rural* que, na condição de grande tema, agregava várias outras noções como as ideias do “sustentável”, do “local”, do “agrário” ou do “agrícola”. Contudo, quando os assuntos são *Extensão Rural* e *Comunicação Rural*, existem associações que se atualizam no tempo, transformando noções anteriores de “meio-ambiente” e “ciência & tecnologia”. Isso significa que o desenvolvimento rural solicita cada vez mais a comunicação nos processos de extensão dos conhecimentos produzidos para os que fazem uso, pois cada vez mais ganha em importância o que existe de comunicacional “*entre nós*”.

A Comunicação Rural, através de veículos de informação ou simplesmente o conversacional entre sujeitos sempre, irá focalizar a *relação/interação/vínculo/associação* comunicacional entre os públicos *afetados* pelos conhecimentos (tradicionais e tecnológicos), de modo geral, mediadores do conhecimento, usuários das técnicas e estudiosos das inovações tecnológicas e científicas nas diversas áreas do conhecimento. A presença do sistema mídia neste contexto serve para ampliar ou dar visibilidade aos discursos que já existem neste movimento conversacional relacional dos atores sociais, além de ampliar os conhecimentos já existentes. Tais *relações* estão imersas em experiências dos atores sociais com a informação que sempre irá nortear os sujeitos na ampliação de seus conhecimentos com vistas à constituição de sua opinião política e na visibilidade dos problemas públicos relacionados ao meio rural.

Bordenave (1983) explica que a população do meio rural configura um tipo especializado de público por sua cultura e formas de pensamento, mas na atualidade da expansão dos meios de comunicação de massa e mídias digitais nos pequenos municípios rurais observam-se jovens que consomem não somente informações, mas valores midiaticizados, além de sua cultura rural, hibridizando ou reconvertendo sua cultura tradicional e forma de pensamento com os valores e costumes da forma de vida urbana. A experiência midiaticizada é fruto do aumento do fluxo das informações via tecnologias, que permitiu às pessoas a expansão do conhecimento sobre o mundo e aumento da participação nas discussões sobre os problemas do país, mesmo que sejam rasos esse conhecimento e essa participação. Duarte (2005) mostrou que mesmo em algumas regiões rurais do sertão do nordeste (onde a cidadania só é vivida como

forma de pensamento quando se migra para a cidade grande), as informações jornalísticas balizaram ao longo das décadas a decisão e a ação de migrar dos jovens rurais do sertão de Pernambuco para São Paulo.

Observando o panorama contemporâneo, os interessados pelo melhoramento da forma de vida rural – os representantes dos Estados; os representantes no legislativo federal, estadual e municipal; os pequenos, médios e grandes produtores rurais; os trabalhadores rurais sem a posse da terra; representantes sindicais; agregados ou não a movimentos reivindicatórios; os centros de estudos das universidades e institutos de pesquisa; as organizações privadas e não-governamentais – necessitam moldar suas ações, em um primeiro momento, para gerar um fluxo interativo comunicacional sobre questões rurais. Utilizando ou não as novas tecnologias da informação, o trabalho seria constituir mesmo que incompleto um conjunto com variadas opiniões e discursos dos diferentes setores a respeito dos problemas públicos. O objetivo seria formar pelo menos uma provisória rede de consensos em torno de assuntos polêmicos (dívidas do crédito rural, previdência rural, desmatamento, iniciativas sustentáveis na propriedade, código florestal, florestas plantadas, biodiversidade, recuperação de áreas degradadas e matas ciliares, entre outras). Tais discussões preliminares, formadoras de propostas consensuais para o desenvolvimento rural do país, seriam a *posteriori* encaminhadas, em um segundo momento, para instâncias democráticas decisórias e comissões nacionais deliberativas. Esse tem sido o tratamento civilizado adotado pelos países desenvolvidos para encaminhar os problemas públicos e tal tratamento prescinde de uma concepção *interativa e participativa* que se inicia em espaços comunicacionais<sup>20</sup>.

Nesse dinâmico processo comunicacional interativo e participativo dos grupos e pessoas comuns nas discussões dos problemas públicos do meio rural, nos parece fundamental a *atualização do perfil do extensionista rural*, também como *receptores de primeira ordem*, na direção do papel de *mediador* com o objetivo de organizar a conversação em torno de uma “*corresponsabilidade coletiva*” (Apel) de todos aqueles interessados no desenvolvimento rural.

Em outros tempos, as pesquisas e as práticas associadas tanto à ER (modelo difusionista) quanto à CR (modelo participativo) estiveram sob a visão do paradigma da *dominação*. Na contemporaneidade, a perspectiva interativa e participativa sugere o espaço da cultura para a constituição e organização da forma de vida rural, no contato social entre as pessoas, e a *comunicação para o entendimento*, necessária em face dos fenômenos complexos contemporâneos. Dessa perspectiva, lançamos sem maiores pretensões alguns provisórios desafios contemporâneos que, de alguma maneira, se entrecruzam com o centro dos problemas públicos específicos do meio rural brasileiro:

## A Extensão Rural junto com a Comunicação Rural

- A experiência extensionista herdada pela ER no Brasil mostra que, para dar continuidade a projetos sustentáveis (empoderamento), é fundamental compreender o Outro, interagir face a face ou através da *mídia*, com o objetivo de constituir em conjunto uma linguagem própria do conversacional entre os sujeitos.
- Levar em conta que não existe apenas um grupo receptor (ativo) das informações. A mensagem atravessa as instâncias sistêmicas do processo comunicacional, retorna à sua

origem e se modifica na medida em que se constitui e se organiza motivando receptores-mediadores (extensionistas) e mediadores finais (produtores rurais) na direção do desenvolvimento rural.

- Em cada comunidade rural, existem diferenças geracionais e de gênero – homens, mulheres, jovens, crianças, idosos – que realizam diferentes *decodificações*, *interpretações* e *usos* da mensagem em suas práticas sociais.
- À sobrevivência de todo um projeto de desenvolvimento no meio rural são fundamentais espaços de conversações tais como (a) os cursos presenciais ou não, as palestras, as oficinas, as visitas de campo e encontros diversos que compartilhe o conhecimento em conjunto com o produtor rural, (b) a formação e capacitação dos receptores finais e (c) a formação e capacitação dos receptores-mediadores, como os líderes de federações, cooperativas, sindicatos rurais e STRs.
- As Novas Tecnologias da Comunicação (NTCs) possibilitam uma ER e CR de baixo custo, com maior rapidez de fluxo e melhor codificação pedagógica da mensagem extensionista, na medida em que permitem ambientes multimídia e interativos (cursos on-line, recebimento de informações por celular, acesso remoto à internet, lista de discussões, entre outras possibilidades).

## Contexto contemporâneo

- Tendo em vista a ação diretiva dos governos (nas esferas federais, estaduais e/ou municipais) na produção das diretrizes do desenvolvimento rural, sem levar em conta o

conhecimento adquirido pelos extensionistas em sua experiência de interação e participação junto aos agricultores, os projetos não se adaptam às múltiplas realidades do Estado. Parte do aparelho público constitui os principais canais institucionais de defesa da qualidade social e do meio ambiente, mas, por outro lado, são também os principais agentes de degradação social e ambiental.

- Os *media* estão cada vez mais defendendo, através de suas agendas jornalísticas e institucionais, a qualidade socioambiental, e isso requer investimentos na área da educação ambiental junto a dirigentes, extensionistas, proprietários rurais e trabalhadores rurais.
- O perfil educacional do extensionista rural requer atualização dos conhecimentos, em nível de pós-graduação, pois cresce em importância a elaboração de projetos científicos eficazes e originais na área, melhorando o exercício da função na condição de mediadora dos variados discursos dos atores sociais envolvidos.

## Pesquisa científicas

- Tornam-se valorizados os assuntos sobre a interação entre as instituições, a produção simbólica dos sujeitos em relação a projeto de desenvolvimento rural, pesquisas sobre opinião pública e opinião política de atores sociais, estudos culturais de grupos sociais específicos no meio rural, novas tecnologias da comunicação aliadas à extensão rural, formas de mobilização social por meio de redes digitais, deliberação e mídia com estudos de caso no meio rural. E temas clássicos como liderança, confiança, motivação, apren-

dizagem significativa, economia política da comunicação, desenvolvimento rural e sustentabilidade ambiental, entre outros. Nessa direção, pesquisas podem atualizar também o conceito de *comunicação rural* utilizado no Brasil.

- No futuro, cabe aos pesquisadores na área de extensão rural e comunicação rural no país a formação de um grupo de trabalho para se fortalecerem em nível nacional, convergindo temas de pesquisas e interlocutores em suas linhas de pesquisa, envolvendo os três principais cursos UFV, UFSM e UFRPE, constituindo parcerias internacionais significativas, abertura de canais para publicações de artigos e livros em língua estrangeira e desenvolvimento epistemológico e científico em conjunto com pesquisadores estrangeiros.

## Notas

<sup>1</sup> Durante a II Guerra, os EUA fizeram no Brasil alguns programas para a área da agricultura, por conta da própria economia de guerra: o Programa de Produção de Alimentos e o Programa da Borracha. A Guerra Fria proporcionou um desenvolvimento científico e tecnológico considerável na agricultura brasileira em função do chamado plano “Ponto 4” na América Latina: uma estratégia de presença dos EUA na região (FIGUEIREDO, 1981).

<sup>2</sup> Nos anos 50, o governo e as fundações norte-americanas e órgãos internacionais criticam o Sistema de Pesquisa Brasileiro e, com grande colaboração do Sistema ABCAR, criam a Embrapa junto com extensionistas rurais históricos como Eliseu Alves e José Irineu Cabral, este último primeiro presidente da Embrapa, ex-secretário executivo da ABCAR entre 1957-64 (FIGUEIREDO, 1981).

<sup>3</sup> Os trabalhos nessas regiões ocorreram sob a coordenação do prof. John B. Griffing da ESAV e até hoje é considerada a maior experiência extensionista rural do período. Teve o objetivo de trabalhar com a participação comunitária, em que os pequenos produtores participavam com uma quota de leite para custeio dos serviços agrônômicos e equipamentos, além de convênio com a prefeitura municipal e financiamento da Nestlé e das Refinações Milho Brasil. Também a adoção de atendimento médico, dentário sanitário à população (FIGUEIREDO, 1981).

<sup>4</sup> Sobre isso, conferir: LEFEVBRE, Henry. “Introdução à Modernidade”, da editora Paz e Terra. Há diversos estudos no Brasil, principalmente históricos e socioculturais, sobre a segregação étnica e cultural provocada pelos ideais da modernidade, no período que se convencionou chamar de “Belle Époque”. Esses estudos mostram, no início do século XX, a perseguição das autoridades aos negros e mulatos pobres, tanto aqueles que cultuavam rituais afro, quanto os trabalhadores rurais que tentavam vender frutas e verduras no centro da cidade. O espaço urbano, na visão das elites, era o novo espaço limpo, “higienizado” da sujeira do velho espaço do homem rural e de tradições primitivas. O “velho” tinha que dar passagem aos senhores e senhorinhas com suas novas indumentárias, com o novo estilo de vida moderno.

<sup>5</sup> DE SOLA, I. Pool. *Le rôle de la communication dans le processus de la modernisation et du changement technologique*. In: HOSELITZ, B. MOORE, W. (orgs.) *Industrialisation et Societé*, UNESCO. Paris: 1963.



<sup>6</sup> Vide: ROGERS, Everett. *Elementos de difusão de inovações*. In: WHITTING, Gordon; Guimarães, Lytton. *Comunicação de novas ideias*. Rio de Janeiro: Edições Financeiras, 1969, pp. 26. In: Callou (1986:18).

<sup>7</sup> BELTRÁN, L. Luiz Ramiro. "Alien Premises, objects and methods in latin american communication research". Vol. III, No 02, 1976. BORDENAVE, Juan Díaz. "Communication and Adoption of Agricultural Innovations in Latin America". IN: CRAWFORD, R. H. WARD, W. R. (orgs.) *Communication Strategies for Rural Development*: Ithaca: University of Cornell-CIAT, New York, 1976. IN: MATTELART (1999:50).

<sup>8</sup> A disciplina de "Sociologia Rural" foi implantada pela primeira vez no Brasil em 1937 na ESAV pelo professor Griffing, graduado pela Universidade da Califórnia do Sul.

<sup>9</sup> Amoy e Nova *apud* NUNES, L. N. e. *Discussão sobre difusão e adoção de inovações na agricultura*. Brasília, 1977. Dissertação de mestrado - Universidade de Brasília, 1977. O estudo apresenta Brasil, Colômbia e México como sendo os países que estimularam a maioria dos estudos na área da difusão de inovações na agricultura.

<sup>10</sup> C.f.: FESTA, Regina. *Comunidades Eclesiais de Base e comunicação*. IN: LINS e SILVA, Carlos Eduardo (org.). "Comunicação, hegemonia e contra-informação". SP: Cortez/Intercom, 1982, p.173-190.

<sup>11</sup> Várias foram as dissertações sobre o programa Globo Rural neste período. Algumas delas: OLIVEIRA, L.C.F.de S. "A televisão e a integração do empresariado rural com o complexo agropecuário: o programa Globo Rural na região sul do Estado de

Minas Gerais – um estudo de caso”. Brasília: UnB, 1986. Dissertação (Mestrado, UnB), [hdl.handle.net/1904/13216](http://hdl.handle.net/1904/13216); VASCONCELLOS, J.H. “Lavoura eletrônica – análise do processo de difusão de informações para o campo – ocaso do Globo Rural. São Bernardo do Campo/SP:Umesp, 1986. Dissertação (Mestrado, IMS/SBC), [hdl.handle.net/1904/13271](http://hdl.handle.net/1904/13271); MOYSES, R.J. “Alcuni aspetti della divulgazione nella programmazione rurale della televisione Brasileira”. Milão/ITA: Universita Cattolica Del Sacro Cuore di Milano, 1990 ([hdl.handle.net/1904/13833](http://hdl.handle.net/1904/13833)).

<sup>12</sup> Sobre os primeiros debates em torno da comunicação alternativa e cultura popular, confira: Revista “Comunicação e Sociedade – Comunicação Alternativa e Cultura Popular”, ano 3, nº 6, São Paulo: Cortez, 1981, 176p.

<sup>13</sup> C.f.: Revista “Comunicação e Sociedade - Ecologia”, ano XI, nº 19, São Bernardo do Campo/SP: Editora do Instituto Metodista de Ensino Superior – Edims/IMS, 1993,140p.

<sup>14</sup> O estudo teve sua conclusão parcial em 2000, com a publicação de: GRAZIANO, J. CAMPANHOLA, Claiton. “Diretrizes de Políticas Públicas para o Novo Rural Brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local”. O Novo Rural Brasileiro: Políticas Públicas. Jaguariúna/SP: EMBRAPA/Meio Ambiente, vol. 4, 2000. Nota pé, p.139.

<sup>15</sup> Várias são as publicações do autor durante a pesquisa. Entre as principais estão: GRAZIANO DA SILVA, José. “Por um Novo Programa Agrário”. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)*. Volume 23, No 2. São Paulo, maio/ago de 1993, p. 5-16.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A Nova Dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: IE/UNICAMP, 1996, p. 41-190. GRAZIANO DA SILVA, J. “O Novo Rural Brasileiro”. *Revista Nova Economia*. Departamento de Ciências Econômicas da UFMG. Volume 7, No 1. Belo Horizonte, maio de 1997, p. 43-82.

<sup>16</sup> Entre os estudos mais importantes do autor, importante ressaltar duas publicações esgotadas no Brasil: GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968; e GRAMSCI, A. *A Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. O conceito de hegemonia parece começar a inspirar os estudos de comunicação nos congressos de comunicação somente nos anos de 1980 (vide: SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Indústria cultural e cultura brasileira: pela utilização do conceito de hegemonia cultural*. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, 25 de julho de 1980, pp.167-194; e ORTIZ, Renato. *Gramsci: problemas de cultura popular*. In: “A Consciência fragmentada- ensaios de cultura popular e religião. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980). No entanto, o tema já vinha sendo discutido no Brasil via estudos em Educação (vide: PAOLI, N.J. *Ideologia e hegemonia: as condições de produção da educação*. São Paulo: Cortez, 1981; DURAND, J.C (org.) *Educação e hegemonia de classe*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980; e BROCCOLI, A. *Gramsci y la educación como hegemonia*. Mexico: Nueva Imagem, 1977).

<sup>17</sup> C.f.: TAUKE SANTOS, M<sup>a</sup> Sallet. *Igreja e pequeno produtor rural: a comunicação participativa no programa Cepas/Serta*. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado em Comunicação). ECA/USP, 1994.

<sup>18</sup> Estuda o lugar do receptor no processo comunicativo na perspectiva de um sujeito ativo, não indefeso, diante da mensagem do emissor, a partir do paradigma das mediações culturais e do conceito de hegemonia dos estudos culturais britânicos. Tradicionalmente são estudos midiáticos, ou seja, estudos de audiência e da recepção de programas de rádio, tevê e públicos de jornal impresso (um bom resumo sobre o assunto está em GOMES, Itania. *O Conceito de Recepção e a Abordagem do Processo Comunicativo*. Textos de Comunicação e Cultura, nº 36, Salvador dezembro de 1996, p.17-36).

<sup>19</sup> Freire em 1968 já criticava o processo difusionista da extensão rural, por então apresentar um fluxo de informações impositivo e unidirecional, defendendo um processo efetivamente comunicativo, dialógico, de troca de saberes, a ser estabelecido entre o técnico e o produtor rural.

<sup>20</sup> Dentro da corrente da teoria democrática deliberativa, vários autores chamados de microteóricos deliberativos se concentram na definição das condições ideais de um processo deliberativo. Salientamos, aqui, o trabalho de Goodin (2005) que, analisando o sequenciamento dos momentos deliberativos, explica que as decisões são constituídas ao longo de um processo comunicacional em que um grupo deliberativo é alimentado por outros. Nisso reside a atividade de dividir a tarefa deliberativa, importando saber o que o outro quer dizer com suas afirmativas (Estado, cooperativas, sindicatos, agronegócio etc.), antes da decisão final de elaborar e votar o escriturístico de um plano ou programa de desenvolvimento.

## Referências bibliográficas

APEL, K-O. A necessidade, a aparente dificuldade e a efetiva possibilidade de uma macroética planetária da (para a) humanidade. **Revista Comunicação e Linguagens**. Lisboa: Cosmos, nº 14, dez. 1991, p.11-26.

BELTRÁN, Luiz Ramiro. “Adeus a Aristóteles: comunicação horizontal”. **Comunicação e Sociedade**, [s. l.], n.6, p. 5-35, set. 1981.

BORDENAVE, Juan Díaz. **O que é comunicação rural?**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. Comunicação Rural: discurso e prática. In: BRAGA, G.M.; KUNSCH, M.M.K. (Orgs.) **“Comunicação Rural: discurso e prática”**. 11º Congresso Brasileiro de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - 1988. Viçosa/MG: Editora Universitária, 1993, p.11-21.

BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares; MAGALHÃES, Gilson Faria Potsch (ed.). **A Universidade Federal de Viçosa do Século XX**. 2ª ed. Viçosa/MG: Editora Universitária, 2006.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **A pesquisa em comunicação rural na Intercom - 1991/2000**. INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação - Campo Grande /MS - setembro 2001.

DUARTE, Ricardo. **Uma metrópole invisível: imagem e discurso de jovens rurais Pernambucanos sobre São Paulo em uma rede social comunicativa com jovens paulistas**. Recife: Editora Livro Rápido/Elógica, 2005, 237p. (BBT/UFV).

FIGUEREDO, Romeu Padilha. **A extensão rural no Brasil**. Santa Maria: UFSM, 1981. Palestra apresentada ao Curso de Pós-

Graduação em Extensão Rural da UFSM-RS. (digitado).

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GOODIN, Robert E. Momentos de Sequenciamento Deliberativo. **Acta Política**, nº40, Universidade Nacional da Austrália, 2005, p.182-196.

LERNER, Daniel; SCHRAMM, Wilbur. **Comunicação e mudança nos países em desenvolvimento.** São Paulo: EDUSP, 1973.

MAIA, Rousiley C.M. (Coord.) **Mídia e Deliberação.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008.

MARQUES DE MELLO, José. **História Social da Imprensa.** RS: EDIPUCRS, 2003, 181p.

PINTO, João Bosco. “La comunicación participatória como pedagogía del cambio: fundamentos epistemológicos”. **Cadernos de Comunicações**, João Pessoa, ano 2, n.1, p.7-17, 1980.

PORTO, Sérgio Dayrell. “Televisão brasileira, economia e imaginário – Globo Rural e Som Brasil: a mesma safra urbana?”. **Cadernos de Difusão de Tecnologia da Brasília**, 4(2), maio-agosto, p.165-178, 1987.

PROULX, Serge. Naissance des sciences de la communication dans le contexte militaire des années 1940 aux États-Unis. **Hermès**, nº 48, “Racines oubliées des Sciences de La Communication”, Paris: CNRS Editions, 2007.

VASCONCELOS, Edgar de. **Sociologia Rural.** Viçosa/MG: Imprensa Universitária, 1977.